Fazendeiros do Xingu recusam propostas da Funai

SÃO JOSE DO XINGU, MT. (O GLO-30) — O clima continua tenso no Parque Vacional do Xingu e nas fazendas vizinas, uma vez que, depois de três horas le reunião com o presidente da Funal, coronel João Carlos Nobre da Veiga, os azendeiros se recusaram terminantemente a aceitar o desvio da BR-80 e a desapropriação de 15 quilômetros à margem direita do Rio Xingu, para a criação de uma faixa com características de reserva florestal. Segundo eles, essas medidas criarão conflitos mais intensos na área, podendo provocar a revolta geral dos fazendeiros e peões.

Quanto aos Txucurramãe — que na sexta-feira da semana passada assassinaram a bordunadas 11 peões, que trabalhavam no desmatamento da Fazenda São Luís — ficaram revoltados com o coronel Nobre da Veiga, uma vez que o aguardaram durante todo o dia de ontem na aldeia Cretire, para uma definição, e ele não apareceu.

MAU EXEMPLO

As primeiras sugestões apresentadas pela Funai, para a solução do impasse, foram criticadas e recusadas pelos fazendeiros que compareceram a "Bangbang" (como é conhecido o lugarejo de São José do Kingu). Eles pediram a presença da polícia na área e o coronel prometeu atendê-los.

Para o proprietário da Fazenda onde ocorreu o massacre, Luís Carlos da Silva Lima, os índios, mais cedo ou mais tarde, estarão convivendo com os brancos:

— Não adianta filosofar sobre uma realidade que está muito próxima de nós. Acho que somente o Exército poderá solucionar os conflitos. Nos Estados Unidos, os problemas com os silvícolas só foram solucionados com a Polícia Militar. E certo que morreram muitos indios, mas morreram muitos brancos também.

Nesse ponto, o coronel Nobre da Veiga disse que o Brasil não poderia, jamais, se espelhar nos Estados Unidos, uma vez que, lá os índios foram dizimados.

Isso não serve de exemplo para nosso País — afirmou o coronel.

Presentes aproximadamente 30 fazendeiros, a reunião teve momentos de grande nervosismo, principalmente quando se tratava de quantidade de terras destinadas aos índios. Luís Carlos fazia ques-

tão de afirmar que todos confiavam no Governo, mas comentou:

— Não podemos achar que o índio tem direito a tudo, transformando a nação em uma grande reserva. Isso só pode gerar revolta, hostilidade, antipatia.

Na opinião de Hamilton Oliveira, da Fazenda Santa Rita, com 4.886 hectares, as medidas propostas pela Funai deveriam ter sido tomadas há dez anos ou poderão ser adotadas daqui a cinco anos:

— Este não é o momento, principalmente porque já gastamos uma fortuna com a BR-80 e com as nossas terras. O desvio da rodovia é um absurdo. Se o Governo tem dinheiro para fazer um desvio tão grande ao norte do parque, então a situação não está tão ruim como se pensa. Eu não gosto de índio e não tenho segurança. Ou se toma uma medida definitiva, que atenda aos interesses de todos ou serei obrigado a colocar gente que cuide de minha segurança nas terras.

Os fazendeiros acusaram o sertanista Imélio Antônio Fantin, que trabalha no parque, de estar conivente com o ataque praticado pelos txucarramae.

— Há 20 dias — lembrou um deles — Imélio afirmou a um motorista de caminhão que se os peões continuassem desmatando naquela região, ele iria deixar acontecer o massacre. Isto quer dizer que ele já sabia da possibilidade de um assassinato e não comunicou nada ao órgão tutelar para uma providência.

COMO UMA FERIDA

A reivindicação dos fazendeiros é que a BR-80 continue como divisa do parque e que a faixa neutra seja feita pela margem esquerda do Rio Xingu, mesmo que venha a diminuir a reserva.

— Tendo em vista que o Governo federal decretou área indígena três vezes — disse o coronel Nobre da Veiga — em 1961, 1968 e 1971, este mesmo Governo tem que honrar seu compromisso. Os indios têm os seus direitos.

Ao final da reunião, sem que tenha sido definida qualquer solução, o coronel Nobre da Veiga disse que procurará resolver tudo da melhor forma possível, como tem feito até então:

— Precisamos da compreensão de todos, para que a solução seja a mais harmoniosa. Mesmo que os senhores não gostem da minha presença, eu voltarei para apresentar a decisão final.

Luís Carlos da Silva Lima disse que, na pior das hipóteses, o que podem ceder é faixa de dois quilômetros para a criação da reserva florestal e não de 15 como se pensou inicialmente. O fazendeiro Walter Gradela, por sua vez, disse que, se houver um consenso, poderá ser aceita até uma faixa de cinco quilômetros.

Quando os fazendeiros disseram, que estavam sendo muito honestos ao afirmarem que não gostavam de índios e que estavam muito revoltados, o presidente da Funai fez o seguinte comentário:

— Isto é como uma ferida. Vocês estão sentindo a dor de uma ferida que foi aberta agora, mas ela cicatrizará e vocês esquecerão esta hostilidade. O que não pode acontecer é ficarem mexendo nesta ferida para que não plore.

CRETIRE

Por volta das 11 horas, alguns fotógrafos saíram de "Bang-bang" para a aldeia de Cretire, acompanhados pelo diretor do parque, Francisco Assis da Silva. Assim que o avião aterrisou, os índios, pintados para guerra e armados de bordunas, cercaram os repórteres dizendo que não queriam a presença de ninguém ali.

O diretor do parque pediu que os txucarramãe não fizessem nada com os repórteres, embora tenha saído do avião e se dirigido imediatamente para o banheiro da aldeia. Demonstrando grande revolta e hostilidade, os índios pediram que ninguém permanecesse ali para não criar maiores problemas.

No início da tarde, o avião da Funai voltou à aldeia, por ordem do coronel Nobre da Veiga, para buscar os caciques e levá-los ao Porto Diaurum, onde deveria ser mantido um encontro. O presidente da Funai, no entanto, não foi atendido e não pôde conversar com os caciques no Diaurum

Quando o avião retornou de Cretire só com os dois pilotos e o diretor do parque, travou-se o seguinte diálogo:

CHICO — Os índios se recusaram a vir até aqui para conversar com o senhor.

NOBRE DA VEIGA — Mas você não disse a eles que o cacique Raoni (que está em São Paulo para resolver problemas pessoais) já acertou comigo em Brasília para irmos juntos à aldeia, quando ele voltar? Pois então, porque não atenderam? Eu não vou à aldeia.

CHICO — O senhor não vai até lá? E como é que eu vou ficar nesta história, coronel? Já estou perdendo o controle sobre eles, estou ficando sem moral. O desejo deles é falar com o senhor lá na aldeia. Se o senhor não vai, eu não posso voltar para o Posto Leonardo, porque a situação aqui não está boa. Os índios estão muito bravos no Cretire.

Villas Boas explica como foi o massacre no Xingu

BAURU (O GLOBO) — O delegado da Funai em Bauru, Alvaro Villas Boas, que viveu na região dos txucarramãe entre 1962 e 1964, revelou ontem que foram 25 índios daquela tribo, dos caiabi e dos juruna que mataram 11 peões sexta-feira passada, às margens do Rio Xingu.

— Eles são muito fortes e exímios manejadores da borduna. Quando sentem suas terras invadidas, atacam de surpresa e não dão tempo aos brancos de usar arma. Depois de mortos os brancos, é costume dos txucarramãe deixar as bordunas ao lado dos cadáveres — explicou o delegado da Funai.

A borduna usada no massacre dos peões é uma arma conhecida também como tacape. Feita de cerne de árvores, com cabo arredondado, ela tem uma extremidade em forma de remo e mede entre 1m30 e 1m70 de comprimento, pesando entre 2,5 kg e 3,5 kg. Segundo Villas Boas, quando empunhada por um gigante txucarramãe ou outro índio da região, uma só pancada da borduna na cabeça é suficiente para matar um homem.

— Tenho conhecimento de que foi o indio Canduri, da tribo juruna, o primeiro a acertar e matar um branco, sextafeira passada. Se ofendidos em suas propriedades, os txucarramãe e demais indios daquela região são furiosos. Porém, se deixados em paz, são indios pacíficos—concluiu o sertanista.

A solução da borduna

O MASSACRE de 11 homens no Xingu está oficialmente esclarecido: foi engano. Dizem os índios que queriam apenas assustar os peões que lhes invadiram as terras, e a explicação é endossada pela Funai.

TRÊS coisas precisam ser ditas:

1. O indio brasileiro tem sido, ao longo da História, explorado e dizimado; 2. No caso em questão, é provável que os txucarramães tenham toda a razão; 3. Nada disto permite que se varra para debaixo do tapete onze vidas sacrificadas a golpes de borduna.

PARECE sensato arrumar uma forma legal, como está fazendo a Funai, de dar aos índios as terras em litígio.

MAS SERÁ igualmente sensato permitir que outras tribos se convençam de que a violência é o caminho mais fácil e rápido para o atendimento de suas reivindicações?



Nobre da Veiga (à direita, sentado) ouviu todas as reclamações dos fazendeiros

Andreazza diz que conflito não muda política do índio

O ministro do Interior, Mário Andreazza, afirmou ontem no Rio que o conflito ocorrido no Parque do Xingu, quando índios txucarramãe mataram 11 peões à bordunadas, "contraria a índole do índio brasileiro" e garantiu que "nada vai alterar a causa indigenista":

— O nosso índio é um guerreiro: não ataca pessoas desarmadas. O que aconteceu em São José do Xingu foi um acidente lamentável e o nosso objetivo imediato é apurar suas causas e evitar novos pontos de tensões. Não podemos permitir que permaneça um clima de ódio entre brasileiros.

Andreazza disse que podem existir "elementos estranhos envolvidos no incidente" e, para investigar esta hipótese, agentes da Polícia Federal acompanharam o presidente da Funai, coronel João Carlos Nobre Veiga, na sua reunião, de ontem com os indios:

— Posso afirmar que não houve omissão. Todas as partes envolvidas tinham conhecimento da questão. Eu vi os documentos no qual os fazendeiros são alertados para não entrarem na área pleiteada pelos índios, assim como o acordo feito com os índios, que prometeram aguardar uma solução pacífica. Mas o fato ocorreu acima do nosso controle.

Como solução imediata, o ministro do Interior informou que serão modificados todos os traçados de rodovias que passam pela área do município de São José do Kingu — também conhecido como "São José do Bang-Bang" —, a começar pela BR-80, que liga Brasília a Manaus cortando o Parque do Xingu. Além de determinar que essa estrada seja desviada para o Norte, Andreazza pretende acelerar a demarcação das terras indígenas da área, assim como os processos de desapropriação dos fazendeiros:

Existem áreas de tensões em diversos lugares e, mesmo querendo dar rapidez às soluções, cada caso tem sua peculiaridade: muitas vezes as demandas se arrastam por mais tempo que o ideal. Não podemos esquecer que os peões também são brasileiros e que não podem chegar para eles e suas famílias e dizer "sai daí".

Mário Andreazza lembrou que, "em muitos casos, os próprios fazendeiros agem de boa-fé":

agem de boa-fé":

— Muitos deles possuem o certificado negativo da Funai, que garante a ausência de indígenas na região. E, da mesma forma, muitas vezes estes certificados também foram expedidos de boa-fé: a região é imensa, as tribos se deslocam, e acontecem equivocos. Mais importante do que descobrir as causas é consertar a situação atual.

O ministro do Interior também pediu "urgência" para o levantamento dos terrenos, benfeitorias e áreas disponíveis para a mudança dos posseiros. Para Andreazza, "é muito importante devolver a paz entre brasieleiros":

— O que não pode continuar é este clima de ódio. O índio declara: "se entrar, nós matamos". E o posseiro responde: "vamos tirar uma forra". O problema é muito complexo, mas tudo pode ser re-

solvido em paz. E muito fácil dizer o que deve ser feito, mas, na prática, os problemas são bem complexos.

Segundo o ministro, cerca de nove mil famílias chegam mensalmente à Rondônia, em busca de terras para colonizar dentro de projetos do Governo que, por sua vez, também estão dentro de terras indígenas:

— De repente descobrimos dois cemitérios indígenas e os índios reclamam a posse da terra. Em alguns casos, são regiões que eu não sei nem como conseguem sobreviver lá. O importante é respeitar a constituição e o estatuto do índio. Nenhuma irregularidade, posso afirmar, reverterá em prejuizo para os nossos indios: suas terras não serão tomadas e a demarcação de seu território será a sua garantia.

De acordo com levantamento do Ministério do Interior, existem atualmente "mais de 12 áreas de tensão" entre indios e colonos — principalmente em Mato Grosso e no Maranhão — e a Funai "está empenhada em evitar novos conflitos".

DESMATAMENTO

Sobre a afirmação de cientistas, que na última reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) alertaram que "mesmo pelos indices oficiais" a Amazônia poderá ser um deserto no ano 2000, o ministro do Interior disse que "existem realmente área criticas":

— O desmatamento, que muitos afirmam atingir 10 por cento, não chega a um por cento, de acordo com levantamento feito por satélite. Não podemos deixar de observar que, mesmo para uma região de 280 milhões de hecatres, este indice pode se tornar ameaçador em certas áreas.

O ministro informou que as regiões onde a modificação na vegetação merece maiores cuidados são Rondônia, Norte de Mato Grosso, Pará e o sul de Brasília. Para evitar futuros desmatamentos e "compatibilizar economia e ecologia", o Ministério do Interior encaminhou ao presidente Figueiredo um projeto para controlar a política florestal na Amazônia:

— Particularmente, condeno projetos como o Jari, que transforma florestas heterogêneas em homogêneas. Também concordo com aqueles que acham que 600 mil hectares é uma área elevada para um só empresario: é uma extensão muito grande. Para disciplicar futuros projetos e controlar os que já existem o novo projeto ainda merecerá discussões e a aprovação do presidente.

Andreazza considera que o projeto—
elaborado em conjunto com o Ministério
da Agricultura — será a "garantia da
preservação ecológica da Amazônia".
Quanto ao programa para o controle de
enchente na bacia do Rio São Francisco,
Andreazza acredita que esteja concluído
em cinco anos.

PROJETO RIO

O ministro do Interior informou ainda que a primeira fase do Projeto Rio deverá ser finalizada ainda este ano. Todos os terrenos que dão para a Avenida Brasil e adjacentes já foram adquiridos pelo BNH. O mínistro reafirmou que nenhum dos moradores da favela da Maré ou de áreas dentro do Projeto Rio será removido:

— O Departamento Nacional de Obras e Saneamento está reurbanizando a região para os que desejam permanecer lá. Para os que preferirem mudar para os conjuntos residenciais, o BNH garante que as prestações para as novas casas não ultrapassarão a dez por cento do salário mínimo, com juros simbólicos e 30 anos de prazo.

A respeito do orçamento de seu Ministério para 1981, Andreazza disse que não acredita em alterações. O ministro salientou que a maior parte dos programas serão na área social, com prioriadade para o Nordeste, Amazônia e cidades de médio porte, visando a beneficiar populações com rendimento em torno de três salários mínimos.



Andreazza falou sobre a questão indígena ao assinar convênio com a Caixa Econômica Federal, para a construção de casas para funcionários. À direita, Gil Macieira, presidente da CEF